

A NOVA ORDEM ENERGÉTICA INTERNACIONAL

Alessandra Kich Cardoso¹

Orientador: Prof. Dr. Diego Pautasso²

Resumo

Mudanças sistêmicas e alterações internas provocaram a emergência de uma nova ordem energética internacional. Assim, o presente artigo procura analisar os novos elementos que precisam ser considerados nos cálculos sobre segurança energética de países exportadores e importadores de fontes de energia. Para atingir tal resultado, a estratégia metodológica utilizada foi uma pesquisa exploratória através de uma coleta documental e bibliográfica de dados primários e secundários. Por fim, foi possível mostrar como irá se caracterizar a nova ordem energética internacional, marcada pelo aumento da demanda, redução da oferta e provável esgotamento das reservas, mudanças climáticas, oscilação de preços, terrorismo energético e nacionalização dos recursos.

Palavras-chave: Ordem energética; segurança energética; mudanças sistêmicas.

Introdução

A partir do final do século XX, a ordem energética internacional vem sofrendo alterações profundas, decorrentes de diversos acontecimentos de fora e dentro desta. Nos cálculos governamentais, novos fatores passaram a ser considerados de forma que as preocupações com a segurança energética voltaram a adquirir maior centralidade na agenda dos Estados. Portanto, há autores, como Michael Klare e Daniel Yergin, que defendem a emergência de uma nova ordem energética internacional. Nesta linha, o presente artigo se dedica a analisar os novos elementos que regem o padrão de relacionamento entre países exportadores e importadores de recursos energéticos.

¹ Estudante do curso de graduação em Relações Internacionais da ESPM-Sul. E-mail: alessandrakich@gmail.com

² Professor do curso de graduação em Relações Internacionais da ESPM-Sul. E-mail: dpautasso@espm.com

Desde o fim da Guerra Fria, há debates sobre como irá se configurar o sistema internacional. Da unipolaridade ensaiada pelos Estados Unidos no imediato pós-guerra, o contexto atual parece nos levar a um cenário mais multipolar. As experiências acumuladas desde então mostram que a força militar perdeu, relativamente, espaço para outras formas de poder, o qual passa a ser perseguido em diversas frentes. Aqui, a questão energética pode ser destacada dado o papel estratégico que assume em qualquer tipo de ação ou política estatal. Neste contexto, a nova ordem energética internacional se apresenta como um desafio aos Estados porque ela ainda está em formação, uma vez que as posições dos países dentro dela não estão totalmente definidas. Assim, mesmo que estudos a partir deste cenário não alcancem resultados que se mantenham no longo prazo, é importante avançar nas pesquisas para tentar estabelecer quais serão as tendências dentro da política energética mundial.

Para expor os resultados de forma clara e coerente, o artigo foi dividido em três partes. A primeira faz algumas considerações sobre segurança energética com a intenção de contextualizar os objetivos dos Estados ao perseguí-la e apontar quais são as ações empregadas para alcançá-la. Em seguida, será apresentado algumas das mudanças estruturais pelas quais o sistema internacional passou após o fim da Guerra Fria; a relevância do subcapítulo se dá porque são através destas alterações que a segurança energética volta a assumir um papel de destaque. Por fim, será examinado cada um dos novos fatores da ordem energética internacional propriamente dita. Neste subcapítulo, o texto discorre sem interrupções, mas é fácil identificar que os novos elementos são o crescimento da demanda, a diminuição da oferta e o esgotamento das reservas, as mudanças climáticas, a oscilação dos preços, o terrorismo energético e a nacionalização dos recursos.

Questões Conceituais sobre Segurança Energética

O acesso à energia é crucial para os Estados. Através dos recursos energéticos, estes conseguem expandir sua economia, fornecer qualidade de vida aos seus cidadãos e manter em operação suas forças militares. A industrialização de um país, o crescimento do seu parque industrial e o desenvolvimento de tecnologias de ponta não é praticável sem energia elétrica, do mesmo modo que

seu dinamismo e competitividade se perdem na incapacidade de possuir meios de transporte eficientes, como trens, caminhões, aviões e navios. Nenhum governo consegue seguir no poder sem oferecer igual, ou melhor, padrão de vida a sua população e, sem o ingresso de recursos energéticos, o aparato militar de qualquer Estado torna-se comparável às forças armadas dos impérios do início do século XIX.

Estes são os objetivos dos países quando formulam suas políticas para garantir sua segurança energética. Entretanto, este, como qualquer conceito envolvendo a agenda de segurança dos Estados, não possui uma única definição, variando conforme cada país se enxerga dentro da ordem energética internacional. Proninska (2006, p. 216) confirma ao afirmar que, “segurança energética é uma questão complexa. Ela reúne uma variedade de fatores econômicos, geopolíticos, geológicos, ecológicos e institucionais, mas também se divide em múltiplos níveis de referência e análise (global, regional, nacional e individual)” (tradução nossa). No clássico conceito de Kalicki e Goldwyn (2005), “segurança energética é a ampla provisão de petróleo e gás (e seus futuros equivalentes) a preços acessíveis de fornecedores confiáveis e diversificados e uma infraestrutura adequada para entregar esse suprimento ao mercado” (MULLIGAN, 2008, p.4, tradução nossa). Muito similar é a definição de segurança energética de Klare (2013, p. 536) e o autor ainda acrescenta ao final “até mesmo em períodos de crises internacionais ou conflitos” (tradução nossa).

Contudo, tal conceituação está restrita demais aos países importadores de recursos energéticos. Desse modo, para auxiliar, é possível separar os objetivos de países exportadores e importadores. Os primeiros procuram por *security of demand*, acesso seguro aos mercados externos e consumidores para justificar futuros investimentos e proteger suas receitas nacionais uma vez que o setor energético nestes Estados é responsável por grande parte do crescimento econômico (DALGAARD, 2009, p. 7, tradução nossa). Enquanto que os importadores buscam sua *security of supply*, confiança e disponibilidade de recursos energéticos a preços acessíveis a fim de manter suas economias funcionando, suas populações alimentadas e suas fronteiras protegidas (DALGAARD, 2009, p. 10, tradução nossa).

Assim, com o passar do tempo e o aumento da importância dos recursos energéticos, diversas estratégias foram criadas a fim de que os Estados possam diminuir sua vulnerabilidade e, conseqüentemente, reforçar sua segurança

energética. A principal é a diversificação. Determinado preceito tem se provado fundamental frequentemente; segundo Dalgaard et. al. (2009, p. 12), diversificação “não apenas de diversas fontes de petróleo, mas, mais crucialmente, também de diferentes tipos de fontes energéticas, novas ou antigas - mantendo-se assim o ponto de partida essencial para qualquer reflexão sobre segurança energética” (tradução nossa). É importante notar que o princípio da diversificação também deve ser seguido pelos países exportadores. Em nenhuma atividade econômica é saudável depender de apenas um comprador; portanto os produtores também devem expandir seu mercado consumidor.

A partir da década de 1970, em função das duas crises do petróleo (de 1973 e 1979) e da criação da Agência de Energia Internacional (IEA, sigla em inglês), os países importadores criaram outra ferramenta para aumentar sua segurança energética no caso de uma duradoura suspensão do abastecimento de petróleo: a criação de estoques energéticos, comparados por Yergin (2012, p. 274) como uma “apólice de seguro”. De acordo com Yergin (2006, p. 76), tal ação auxilia no estabelecimento de uma “‘margem de segurança’ no sistema de abastecimento energético que representa um amortecedor contra choques e facilita a recuperação depois da interrupção” (tradução nossa). Como visto anteriormente, um país para no caso de um corte abrupto do fornecimento energético; neste caso, os estoques servem como um “ganha tempo” até o assunto ser resolvido, seja através de um acordo com o Estado exportador ou da compra de recursos energéticos de outro produtor. “Atualmente, os membros da IEA têm cerca de 1,5 bilhão de barris em estoques públicos, dos quais 700 milhões de barris estão na Reserva Estratégica de Petróleo dos Estados Unidos (SPR, sigla em inglês). Caso as exportações iranianas desaparecerem do mercado, o 1,5 bilhão poderia compensar pelo déficit por quase dois anos” (YERGIN, 2012, p. 274, tradução nossa).

Mudanças na Estrutura do Sistema Internacional no pós-Guerra Fria

Após o fim da Guerra Fria, todos se questionavam sobre como o sistema internacional iria se configurar e, para muitos analistas, a unipolaridade parecia ser a única resposta. De acordo com a maioria das previsões, o mundo estaria entrando em uma era na qual a liderança dos Estados Unidos era incontestável. Porém, ao

longo da década de 1990 e da primeira do século XXI, alguns acontecimentos começaram a colocar esta certeza em cheque. No plano internacional, a expansão da presença militar norte-americana para além do Afeganistão, a transformação do terrorismo em uma ameaça de escala planetária e a invasão ao Iraque sem respaldo internacional, desagradaram muitos países e levantaram suspeitas sobre as reais intenções do governo estadunidense. Enquanto que, há mais de uma década em duas guerras, os Estados Unidos acentuaram os problemas econômicos que vinham enfrentando desde a década de 1970, os quais se aprofundaram ainda mais depois da crise financeira de 2008. Assim, as posições adotadas pelos Estados Unidos no sistema internacional e o surgimento de inconsistências na política interna e na economia norte-americanas colocaram em dúvida qual era e/ou deveria ser o papel encenado pelo país dentro da nova ordem emergente.

Concomitantemente, houve a emergência ou a consolidação de algumas tendências que tiveram impacto direto na estrutura do sistema internacional. A partir do início do século XXI, o fenômeno da globalização se tornou cada vez mais visível e suas consequências começaram a ser sentidas. Há a intensificação das trocas comerciais, informacionais e do trânsito de pessoas, sustentada pelos recursos energéticos. Dois dos principais resultados produzidos por este fenômeno são a volta da prioridade dada às questões econômicas internacionais, esquecidas na disputa ideológica da Guerra Fria, e a consequente emergência de polos de poder ao redor do globo, dando destaque aos países asiáticos. Em seguida, é possível visualizar a ascensão de atores não-estatais. Segundo Nye (2009, p. 316), “as informações influenciam o poder e os governos verão seu controle se desgastar conforme a tecnologia da informação se espalha; [assim], a preposição geral segundo a qual os governos estão perdendo seu monopólio e que terão que compartilhar o cenário com outros protagonistas parece altamente provável”. E, por fim, podemos destacar a criação de blocos econômicos regionais, como argumenta Visentini (2004, p. 139):

Na verdade, há uma tendência histórica que emerge lentamente, a de construção de um sistema mundial multipolar, regulado pela ONU, num quadro de equilíbrio de poder entre EUA/Nafta, União Europeia, Rússia/CEI, Japão/Tigres Asiáticos, China, Índia/SAARC, Irã, África do Sul/SADC e Brasil/Mercosul/América do Sul, como assinalou o politólogo brasileiro Hélio Jaguaribe. Os blocos econômicos constituem o principal resultado da globalização, e estão se tornando blocos político-econômicos.

Dessa forma, com o declínio do poder norte-americano e a ascensão de outros países - nem sempre por causa da supremacia militar, mas em função de outros fatores que se tornaram determinantes na política internacional - as discussões sobre a forma como o sistema internacional iria se estruturar começaram a tender à multipolaridade, em detrimento da unipolaridade. Aqui, muitos fatores determinam a influência e o poder que os países irão exercer sobre os demais. Como confirma Klare (2008, p. 9), “a superioridade militar não constitui o determinante decisivo, ou nem mesmo necessariamente o principal, da supremacia global nesta nova era conturbada. Outros fatores vieram para competir com o poder militar em importância e um - energia - adquiriu inesperada ampla relevância” (tradução nossa). Na mesma linha, Pautasso et. al. (2008, p. 361-362) também defende que “os recursos energéticos, de um modo geral, e o petróleo, de modo específico, tendem a assumir papel decisivo neste contexto da profunda reorganização de poder no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria”.

Mudanças na Ordem Energética Internacional no pós-Guerra Fria

Desde o fim da Guerra Fria, o mundo viu a (re)emergência de polos econômicos em praticamente todas as regiões, os quais vêm ganhando maior autonomia no sistema internacional, fator essencial que nos leva a pensar em uma ordem multipolar. Aqui, podemos destacar principalmente os BRICS, oferecendo maior evidência à China; mas também, a rápida industrialização de alguns países que até pouco tempo ainda eram essencialmente agrários, como o Vietnã e os demais novos tigres asiáticos. Assim, o resultado é o aumento do consumo de energia, o qual é causa e consequência do crescimento econômico experimentado por estes Estados nos últimos anos. A demanda se intensifica, primordialmente, porque a energia é matéria-prima básica para os processos industriais e para o ótimo funcionamento das cadeias logísticas. E, depois, há a expansão do consumo de bens materiais e a criação de um mercado interno em função da diminuição do desemprego e do aumento salarial significativo, frutos da onda de industrialização, consequências que também aumentam a demanda energética mundial.

Assim, conforme dados do *BP Energy Outlook 2030* (2013, p. 9), “economias de baixa e média renda de fora da OCDE serão responsáveis por cerca de 90% do crescimento populacional até 2030. Devido a sua rápida industrialização, urbanização e motorização, elas também contribuirão com 70% do aumento do PIB mundial e cerca de 90% da ampliação da demanda global por recursos energéticos” (tradução nossa). Porém, grande parte deste crescimento será provocado somente pela China, a qual foi responsável por 71% do aumento do consumo energético em 2011 (*BP Statistical Review of World Energy*, 2012). Ao passo que, “em termos de petróleo, América do Norte, Europa e Japão já alcançaram seu pico de demanda; em função da demografia, do aumento da eficiência e da substituição, seu consumo de petróleo será estável ou decrescente” (YERGIN, 2012, p. 719, tradução nossa).

Além disso, há uma intensificação da utilização de petróleo dentro o setor militar. Klare (2008, p. 11) traz informações a esse respeito: um soldado norte-americano consumia um galão de petróleo por dia durante a Segunda Guerra Mundial; na Guerra do Golfo, os Estados Unidos gastavam quatro galões de petróleo por soldado; já sob a administração de Bush filho, nas guerras no Iraque e no Afeganistão, a taxa aumentou para dezesseis galões de petróleo por soldado norte-americano por dia. Aqui, também é possível destacar que outros países estão se militarizando e/ou modernizando suas forças armadas. Klare (2008, p. 11) chama atenção para o fato quando afirma que “outras potências, incluindo China, Japão, Rússia e Índia, procuram imitar os Estados Unidos nesse sentido, o já voraz componente militar da demanda energética global somente pode crescer” (tradução nossa).

Dessa forma, a fim de se adaptar as mudanças provocadas pelo aumento do consumo, uma saída encontrada por muitos autores para evitar uma maior desestabilização da ordem energética é a inclusão da China e da Índia na Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês). O objetivo é “assegurar a eles que seus interesses serão protegidos no caso de uma turbulência e garantir que o sistema funcione mais efetivamente” (YERGIN, 2012, p. 78, tradução nossa). Somente através da entrada destes dois países no IEA que o grupo voltará a realmente expressar as aspirações e os anseios dos Estados importadores de recursos energéticos uma vez que a maior crescimento da demanda por estas fontes virá da Ásia, representada em especial pela China e Índia.

Não haveria nenhum problema no aumento do consumo energético se este não estivesse acompanhado de uma diminuição da produção e do esgotamento das reservas desses recursos. De acordo com o BP *Statistical Review of World Energy* (2012), a demanda mundial por petróleo cresceu apenas 0,7% em 2011, enquanto que a oferta obteve um aumento de 1,3% no ano. O mesmo cenário também se repetiu com o gás natural e o carvão, no qual a produção conseguiu cobrir totalmente o consumo, principalmente, em função da desaceleração das economias centrais por causa das crises financeiras e fiscais enfrentadas nos últimos anos. Entretanto, ao analisar a série histórica, a situação não é favorável. Segundo dados do mesmo relatório, à medida que o incremento da produção de petróleo no mundo foi de 11,8% de 2001 a 2011, o consumo subiu 14% no mesmo período avaliado. No que concerne o gás natural, a conjuntura é similar, mas mais positiva. Nos últimos dez anos, a oferta deste recurso no mundo aumentou 32,25%, acompanhada por um crescimento na demanda de 31,35%, conforme informações do BP *Statistical Review of World Energy* (2012). Para agravar a situação, há casos em que os produtores enfrentam o esgotamento das suas reservas energéticas. Por exemplo, a extração de petróleo no Mar do Norte decaiu de 6,4 milhões de barris por dia (mbd) em 2000 para menos de 2,1 mbd em 2005; a Indonésia, recentemente, passou de exportadora para importadora de tais bens e, como resultado, saiu da OPEP; por fim, em novembro de 2005, a Companhia Petrolífera do Kuwait revelou que Burgan - maior campo de extração do país e segundo maior do mundo - alcançou seu pico de produção. De acordo com Proninska (2007, p. 225), “os analistas que defendem a perspectiva de que o pico do fornecimento será mais cedo argumentam que a OPEP e os países de fora do bloco estão produzindo cerca de dois barris para cada novo barril encontrado; que as empresas estão enfrentando problemas em encontrar novos campos; e que, recentemente, toda a capacidade de produção ociosa está no Oriente Médio” (tradução nossa).

Assim, inerente a estas circunstâncias, Klare (2008, p. 13) destaca que “cada novo barril adicionado às reservas globais, sugerem alguns especialistas, se provará mais difícil e mais custoso para extrair que o anterior; ele estará cada vez mais fundo no subsolo, mais longe da costa, em ambientes mais perigosos e em regiões hostis do planeta mais propensas a conflitos” (tradução nossa). Ademais, estes lugares citados pelo autor sofrem, recorrentemente, “interrupções deliberadas,

como sabotagens e atos terroristas, o que também é um grande impedimento à geração de energia” (LUFT ET. AL., 2008, p. 3, tradução nossa). Como confirma Proninska (2007, p. 220), “conflitos políticos em países produtores, como a Nigéria e a Venezuela, não apenas tornam impossível a expansão da produção, mas também sustam porções significantes do fornecimento de petróleo para o mercado mundial” (tradução nossa).

No entanto, é preciso considerar os argumentos do outro lado, o qual defende que o mundo ainda terá um fornecimento abundante de recursos energéticos. Primeiramente, se analisarmos a série histórica de consumo do petróleo, é possível observar que há uma diminuição na utilização dessa fonte energética, compensada pelo aumento no uso de outros recursos. De acordo com dados do BP *Energy Outlook 2030* (2013), o *share* do petróleo na demanda mundial por energia primária caiu de um pico de 48% em 1973 para 39% em 1985; nos últimos anos, a alta dos preços do insumo fez com que o consumo mundial de petróleo caísse para 33% em 2011 e, segundo as previsões, será de apenas 28% em 2030. Yergin (2012, p. 242) também defende que “o mundo produziu cerca de um trilhão de barris do insumo desde o início da indústria no século XIX. Atualmente, se acredita que há, no mínimo, cinco trilhões de barris em recursos petrolíferos, dos quais 1,4 trilhão é técnica e economicamente acessível” (tradução nossa). O autor também chama atenção para o fato que “a maior parte do fornecimento de petróleo não é resultado de descobertas, mas das reservas e dos seus acréscimos” (YERGIN, 2012, p. 240) uma vez que os campos de exploração são subestimados. Sem contar com as fontes de petróleo não convencionais, como as areias betuminosas canadenses, o petróleo cru e extrapesado venezuelano e o xisto das Montanhas Rochosas, os quais, segundo Yergin, serão os pilares do futuro abastecimento de petróleo.

Ademais, como dito, a ordem internacional sofreu mudanças estruturais desde a década de 1990. Uma de suas consequências é o aumento do número de países exportadores de petróleo e gás natural. Conforme Proninska (2007, p. 222), “o colapso da União Soviética permitiu que a Rússia, o Azerbaijão e os países da Ásia Central quebrassem a estagnação das exportações de petróleo e gás natural para o mercado mundial, enquanto que, ao mesmo tempo, países da América do Sul e do oeste da África começaram a adquirir novas capacidades produtivas”

(tradução nossa). Na mesma linha, Morse (2009, p. 5) chama atenção para que “de fato, há abundantes recursos submersos aguardando para serem explorados - no Golfo do México, no litoral do Brasil, no leste do Mediterrâneo, no Golfo da Guiné, no Mar Cáspio, ao largo da costa da Índia, China, Indonésia e Austrália e ao longo das margens dos Estados que fazem fronteira com o Ártico” (tradução nossa). Não devemos esquecer os avanços tecnológicos, os quais otimizarão os processos, evitando maiores desperdícios; nessa linha, os progressos não estarão somente na produção das fontes de energia, mas na forma como essas serão utilizadas, visto que há uma busca por uma maior eficiência energética.

Por outro lado, ainda que o fim do petróleo e dos demais combustíveis fósseis não esteja perto, é urgente que haja alterações profundas na matriz energética global a fim de estancar ou retardar os efeitos de uma eminente mudança climática. De acordo com Klare (2008, p. 242), “os combustíveis à base de carbono - petróleo, gás natural e carvão - atualmente fornecem 85% do fornecimento de energia primária mundial; logo, o problema do aquecimento global está na raiz do problema energético” (tradução nossa).

Portanto, é preciso colocar em prática políticas que incentivem a utilização de alternativas energéticas, como a energia solar, eólica, hídrica e a gerada através do uso do etanol de biomassa - todas estas fontes renováveis. Assim como, é interessante que se criem incentivos para que se dê preferência à utilização do gás natural, menos agressivo, em detrimento do petróleo e do carvão. Além da energia nuclear, muito usada na França, que não produz gases do efeito estufa; porém, sua matéria-prima é o urânio, também em vias de extinção, e o processo gera muito lixo radioativo que é altamente nocivo ao homem.

No entanto, o que mais desafia a vontade dos governos de investir em programas que criem tecnologias que substituam os combustíveis fósseis é exatamente o temor dos países pela finitude destes. As previsões de esgotamento das reservas de petróleo podem aumentar a competição dos Estados pelos últimos recursos; logo, “um crescimento nas tensões geopolíticas desencorajará os políticos de desviar os fundos e a atenção para o desenvolvimento de novos sistemas e combustíveis energéticos caros, elaborados e experimentais” (KLARE, 2008, p. 243, tradução nossa). Dessa forma, é preciso aprofundar os mecanismos de cooperação a fim de que se encontrem soluções conjuntas ao problema da mudança climática.

Klare (2008, p. 244) apresenta uma saída quando defende que “de todas as parcerias concebíveis, nenhuma é mais importante ou crucial que uma entre os Estados Unidos e a China. [...] Certamente, qualquer tentativa de alterar o comportamento energético global terá que envolver esses dois países se quiser ter algum impacto” (tradução nossa).

Entre as alternativas energéticas menos nocivas ao meio-ambiente, o gás natural é a que vem ganhando maior destaque. Nos últimos trinta anos, o consumo do recurso triplicou e, de acordo com previsões favoráveis, poderá crescer mais 50% até 2030 (YERGIN, 2012, p. 343). Segundo dados do BP *Energy Outlook 2030* (2013), a demanda por gás natural será maior entre os países de fora da OCDE, a qual aumentará a uma taxa média de 2,8% por ano; logo, estes Estados serão responsáveis por 76% do crescimento do consumo global do recurso. Desde o século XIX, procuram-se maneiras alternativas de comercializar o gás natural que fogem à utilização dos gasodutos, os quais demoram muito tempo para serem construídos e dependem de uma relação estável entre os países pelos quais as tubulações passarão. Entretanto, apenas nos últimos anos, avanços tecnológicos diminuíram os custos do gás natural liquefeito, o que facilitou o desenvolvimento de um mercado internacional deste insumo. De acordo com Proninska (2007, p. 226):

O comércio de GNL tem potencialmente implicações profundas para a segurança energética. Este oferece chances de diversificar as fontes de importação de gás natural e torna seu mercado mais flexível como um todo. Através da venda de GNL, o que costumava ser três zonas comerciais regionais separadas - a América, a região da Ásia-Pacífico e a Europa - estão ficando mais conectadas, o que também significa que a interrupção no abastecimento em de uma região produtora pode afetar as demais. Por fim, a crescente importância dos fornecedores de gás natural com o novo comércio de GNL aumentaram as preocupações sobre um potencial cartel do gás (tradução nossa).

O segundo fator que levou o gás natural a ganhar maior destaque foi a obtenção deste a partir de fontes não convencionais, como o *shale gas* nos Estados Unidos. Apesar das denúncias de sua extração ser prejudicial ao meio ambiente, o mais impressionante é que “a bacia de Marcellus, a qual se estende de West Virginia pela Pensilvânia até Nova York, pode conter tanto gás natural quanto o Campo Norte no Catar, o maior campo conhecido” (MORSE, 2009, p. 6, tradução nossa). Há autores que defendem que esta descoberta pode representar a independência energética norte-americana.

A oscilação nos preços dos recursos energéticos é outro fator que leva a desestabilizações na ordem energética internacional. Apesar dos três principais combustíveis fósseis possuírem mecanismos de precificação diferentes, estes também são muito similares e interagem bastante. Por exemplo, no caso de um aumento repentino no preço do petróleo, o carvão e o gás natural também sofrerão uma valorização; principalmente, porque servirão como combustíveis alternativos e, conseqüentemente, sua demanda irá crescer ao mesmo tempo em que a competição pela exploração e as oportunidades de produção também irão aumentar. Estes efeitos foram sentidos, novamente, na primeira década do século XXI quando o mercado energético sofreu fortes turbulências. O preço do petróleo passou por crescentes elevações, alcançando níveis históricos e, logo, provocando alterações de forças dentro da ordem energética internacional. Em seguida, em função da desaceleração das economias centrais a partir de 2008, o valor da commodity experimentou declínios acentuados. E, atualmente, seu preço ainda não se estabilizou. Conforme resume Yergin (2012, p. 130),

Assim como na maioria dos grandes acontecimentos nas relações humanas, não há uma única explicação para o enorme salto nos preços. Ele foi impulsionado pela oferta e demanda e por uma ampla mudança, em grande parte inesperada, na economia mundial. Interrupções e o retorno do nacionalismo foram elementos críticos. Mas, depois, mais e mais ímpeto foi proporcionado por forças e inovações vindas do mercado financeiro (tradução nossa).

Dessa forma, é possível afirmar que a instabilidade no preço do petróleo vem de uma combinação de fatores. Primeiro, há uma demanda aquecida que é seguida por um choque na oferta. Entre 2003 e 2008, há incidentes políticos que causaram a uma interrupção do fornecimento petrolífero no Iraque, na Venezuela e na Nigéria; assim como, a suspensão de toda a produção do insumo no Golfo do México em função dos furacões Katrina e Rita, o elemento menos esperado. Sem contar com a ajuda da especulação financeira, principalmente durante a crise de 2008 nos Estados Unidos. Depois de uma leve estabilização entre 2009 e 2010, os protestos no norte da África e no Oriente Médio em 2011 levaram a uma forte elevação do preço do barril. Todavia, mesmo após a sua consolidação, um resultado é certo, a partir de então, os preços médios dos recursos na ordem energética internacional estarão em um patamar acima do habitual do século XX.

Outro fator que ameaça o equilíbrio dos preços e merece atenção é o surgimento e a intensificação do terrorismo energético. Segundo Luft et. al. (2008, p. 3), “não há dúvidas que se todo petróleo perdido para atividades maléficas estivesse no mercado, o valor do barril seria significativamente menor” (tradução nossa).

Desde a invasão ao Iraque em 2003, o mundo tem assistido a um aumento do número de ataques terroristas contra setor energético na maior região produtora mundial - o Oriente Médio. Energia pode agora se tornar não apenas um instrumento de guerra (como no embargo petrolífero de 1973), mas também um alvo direto e a vulnerabilidade de todo o setor pode ser descrita como o calcanhar de Aquiles do mundo desenvolvido. Os ataques terroristas (incluindo os cibernéticos) podem objetivar não só os elementos de infraestrutura do petróleo e do gás natural, como terminais, tanques e oleodutos, mas também instalações em países consumidores, como usinas elétricas, redes de energia ou refinarias (PRONINSKA, 2007, p. 219-220, tradução nossa).

Como o próprio conceito geral de terrorismo, o energético é também de difícil conceituação. É preciso envolver tanto os tipos de atos praticados, quanto os objetivos das organizações terroristas. Assim, primeiro, Koknar (2008, p. 18-19) define que “o termo terrorismo energético não está estritamente confinado a ataques armados contra instalações de geração, estocagem e transmissão de energia. Terrorismo energético também inclui atividades ilegais em conexão com estas, como roubo de petróleo ou extorsão por ameaça a estragos à infraestrutura” (tradução nossa). Depois, em relação aos propósitos; de acordo com Visentini (2004, p. 129), “essas ações têm objetivos políticos, para chamar atenção da opinião pública internacional para certos conflitos, ou criar uma situação insustentável para o inimigo”, de forma a polarizar reações e provocar respostas exageradas dos seus alvos. Os atos podem ter como fim provocar sérias dificuldades econômicas, enfraquecendo o governo e facilitando seu acesso ao poder; assim como, os atentados podem ser vistos como definitivos na sua luta contra as potências estrangeiras e as multinacionais petrolíferas que possuem interesses econômicos e estratégicos na região, esgotam seus recursos naturais e apoiam regimes déspotas. E, finalmente, ser fonte lucrativa de financiamento destas organizações, seja por chantagem, roubo ou sequestro (KOKNAR, 2008, p. 20).

As ameaças não são apenas terrestres. Nos últimos anos, os grupos terroristas, em função da acumulação de recursos, tem conseguido realizar

atividades contra instalações offshore; assim como houve um aumento da pirataria em diversos pontos do globo. Há diversos pontos de estrangulamento nas rotas de comércio petrolífero e de GNL que facilitam ataques terroristas e criam vulnerabilidades específicas. Ademais, como demonstra Yergin (2006, p. 79), “o desafio irá só aumentar nos próximos anos porque a escala do comércio energético crescerá substancialmente conforme o mercado mundial se torna mais integrado. Atualmente, 40 milhões de barris cruzam oceanos todos os dias; até 2020, esse número pode saltar para 67 milhões. [Ao mesmo tempo], a quantidade de GNL cruzando os oceanos irá triplicar até 2020” (tradução nossa).

Os grupos terroristas já sabem do tamanho do seu poder de influência sobre o mercado energético; segundo dados oferecidos por Koknar (2008, p. 25), analistas acreditam que os atos realizados por estas organizações contribuíram para um aumento de US\$ 10 a US\$ 20 por barril de petróleo. Portanto, a proteção da infraestrutura energética se tornou peça chave na garantia da segurança energética dos Estados.

Há um último fator que deve ser levado em consideração: a nacionalização das reservas energéticas. Este não é um elemento novo visto que muitos países ricos em petróleo e gás natural começaram a criar empresas nacionais que detêm o monopólio sobre a exploração desses insumos já em meados do século XX. O que ocorre hoje é uma exacerbação desta tendência; atualmente, mais de 90% das reservas mundiais de petróleo são dominadas por companhias estatais enquanto que, nos anos 1950, as Sete Irmãs controlavam 85% destas. A democratização da tecnologia é uma diferença importante entre esses dois períodos. Antes, apesar de terem as reservas nacionalizadas, os Estados menos desenvolvidos precisavam da expertise das multinacionais petrolíferas, perpetuando a dependência; porém, agora, há muitas estatais que competem vis a vis com estas, como a chinesa CNOOC, a brasileira Petrobrás e a malaia Petronas. As super-gigantes até vêm perdendo espaço nos acordos de cooperação já que muitas companhias nacionais carentes de tecnologia estão recorrendo às estatais de outros países para firmá-los. A importância da administração da produção petrolífera nacional se dá porque, além de garantir uma maior segurança energética, esta é uma fonte de poder e barganha internacional.

Considerações Finais

A nova ordem energética internacional é caracterizada por todos os fatores elencados acima: o crescimento da demanda energética, a diminuição da oferta e o possível esgotamento das reservas, a ameaça ambiental, o aumento da utilização de gás natural, a instabilidade nos preços do petróleo mais especificamente, o terrorismo energético e a criação de monopólios estatais. De acordo com Klare (2008, p. 14), criador do conceito, nesta nova configuração “a posição de um país será cada vez mais determinada pela extensão das suas reservas de petróleo e gás ou sua habilidade de mobilizar outras fontes de riqueza para adquirir os recursos dos países ricos em energia” (tradução nossa). Logo, conforme o autor, a aquisição de combustíveis fósseis - assim como, podemos acrescentar, de fontes renováveis eficientes - será um fator determinante de poder e influência dentro da nova estrutura sistêmica; da mesma forma como a colocação de um país na hierarquia global da ordem internacional anterior estava assentada no seu arsenal de ogivas nucleares, nos seus navios de guerra no mar e no número de homens que tinha à disposição nas forças armadas.

Mas será que nós estamos à beira de uma nova etapa dentro da grande revolução energética? A História demonstra que a transição energética, geralmente, demora; levou quase um século para o petróleo superar o carvão como principal fonte de energia. Há quem defenda que a percepção de segurança energética está em mudança contínua, dependendo da estrutura do mercado energético, das relações entre consumidores e produtores, das tendências de demanda e oferta, das mudanças tecnológicas, do receio de futuras crises energéticas, das interrupções de abastecimento ou dos choques de preços. Como coloca muito bem Yergin (2006, p. 75), “embora as companhias de energia vão prospectar em ambientes mais difíceis, o maior obstáculo ao desenvolvimento de novas fontes não é o geológico, mas acontece acima do solo: a saber, as relações internacionais, a política, o processo decisório dos governos e os investimentos em infraestrutura energética” (tradução nossa).

Referências Bibliográficas

- BRITISH PETROLEUM (BP). **BP Statistical Review of World Energy**. Londres: junho de 2013. Disponível em: <www.bp.com/statisticalreview>. Acesso em: 29 de julho de 2013.
- LUFT, G.; KORIN, A. **Energy Security Challenges for the 21st Century: a reference handbook**. 1 ed. Santa Bárbara, CA: ABC Clío, 2009.
- KLARE, M. **Rising Powers, Shrinking Planets: The New Geopolitics of Energy**. 1. ed. Nova York: Holt Paperbacks, 2009.
- NYE, J. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. 1. ed. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- OLIVEIRA, L. K. **Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsaariana**. Porto Alegre, 2007, 191 p. Tese (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PRONINSKA, K. **Energy Security: Regional and Global Dimensions**. SIPRI Yearbook 2007, Estocolmo, v. 39, p. 215-240, 2007.
- PAUTASSO, D.; OLIVEIRA, L. K. A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA. **Contexto Internacional**, v. 30, n. 2, p. 373-374, 2008.
- PRONINSKA, K. **Energy Security: Regional and Global Dimensions**. SIPRI Yearbook 2007, Estocolmo, v. 39, p. 215-240, 2007.
- VISENTINI, P. F.; PEREIRA, A. D. **Da Pax Britânica do Século XVIII ao Choque das Civilizações do Século XXI**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- YERGIN, D. **The Quest**. 1 ed. Nova York: Penguin, 2011.